

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Após nove anos, bolsa pode ter IPO de petroleira	2
Título: Petrobras volta a vender campos, depois de quatro meses.....	4
Título: Curtas	6
Título: Rhodia terá primeira fábrica de solvente “verde” fora do Brasil	6
Título: Reconhecido crédito sobre os insumos de usinas	8
Título: Bolsa atualiza índices de carbono e de desenvolvimento sustentável	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: » Dedo verde.....	11
Título: Há 156 barragens em situação crítica.....	12
Título: Taxa sobre carbono pode aliviar dívida	14
Título: Indústria perde participação na atração de investimento produtivo para o País	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Todo gás	18
VEÍCULO: O Globo	19
Título: Bolsonaro causa aglomeração em ato de 7 de Setembro	19
Título: Sem obter licença, Total desiste de explorar petróleo na Amazônia	20
Título: De volta às compras.....	21
Título: Roubo de combustível	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/09/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio****Título: Após nove anos, bolsa pode ter IPO de petroleira**

Nove anos após a oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), em 2011, o mercado brasileiro pode voltar a ter uma nova petroleira de capital aberto. A 3R Petroleum, empresa especializada em campos maduros, registrou pedido de abertura de capital na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pode se tornar a sexta produtora de óleo e gás do Brasil com ações negociadas na bolsa. O time é composto hoje apenas pela Petrobras, PetroRio (ex-HRT), Enauta (ex-QGEP), Dommo (ex-OGX) e a Eneva - empresa integrada de energia, mas que atua como produtora de gás.

A 3R Petroleum é controlada pela Starboard, que atua com reestruturação de empresas em dificuldades, mas que tem apostado em campos maduros de petróleo como um novo negócio. O plano é capitalizar a 3R via mercado de capitais, sobretudo, para financiar novas aquisições. Em um ano, a petroleira já fez três, no valor de US\$ 256 milhões - duas delas recentes, ainda não concluídas. Os ativos comprados no Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia alçam a empresa ao posto de maior produtora privada de petróleo em terra no país, ao lado da Petrorecôncavo, com 5,8 mil barris/dia.

A abertura de capital da 3R deve ocorrer após um longo hiato sem operações do tipo entre as petroleiras. OGX (2008), HRT (2010) e a QGEP (2011) fazem parte da última geração. Depois delas, a janela se fechou, em meio a um cenário menos favorável desencadeado, dentre outros fatores, pela queda dos preços da commodity, recessões econômicas e por crises de credibilidade envolvendo duas das principais apostas dos investidores na onda anterior: a petroleira de Eike Batista e a HRT, liderada por Márcio Mello, que não entregaram as promessas ao mercado.

Agora, num momento em que a Petrobras pretende se desfazer de todos os seus campos terrestres, surge nova janela de oportunidades de capitalização via IPOs para pequenas e médias petroleiras. O cenário atual, porém, é completamente diferente daquele do início dos anos 2010, a começar pelos preços do petróleo. O analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, lembra que a QGEP fez o último IPO de uma petroleira no Brasil quando o barril superava os US\$ 100 - o patamar atual está na casa dos US\$ 40.

Ainda no cenário global, as petroleiras vêm perdendo a relevância no mercado de capitais para as empresas de tecnologia. Ex-presidente da BP, Lord Browne destaca ainda que a competição entre os produtores crescerá, conforme a demanda por óleo comece a cair nas próximas décadas, em meio à transição para uma economia de baixo carbono. “O acesso a capital também ficará mais difícil”, acrescentou ele, em evento on-line.

Arbetman, no entanto, acredita que há espaço para a indústria petrolífera na bolsa. “Nosso mercado de capitais ainda é muito incipiente, ainda engatinhamos. É possível que mais companhias apareçam com IPOs, não necessariamente apenas petroleiras, mas também empresas de outros elos da cadeia, como fornecedores”, afirmou.

A Açu Petróleo (Prumo Logística / Oiltanking), que presta serviços de infraestrutura logística de transbordo de petróleo no Porto do Açu (RJ), por exemplo, também fez registro de IPO na CVM.

“O mercado de capitais está em alta. Ao mesmo tempo vivemos uma fase de surgimento dos novos atores de campos maduros no Brasil. Vamos, possivelmente, ver outras empresas considerando IPOs”, reforça o advogado Giovani Loss, do escritório Mattos Filho.

Para Arbetman, a desvalorização do real também ajuda a atrair investimentos estrangeiros. O analista destaca, no entanto, que o sucesso do IPO da 3R passa por questões macroeconômicas (como preços do petróleo e eleições americanas) e microeconômicas. “Não faltam casos [de IPOs de petroleiras] que trouxeram pesadelos para investidores. Isso aumenta os desafios para frente. Hoje a questão do “ESG” (sigla em inglês que define práticas sociais, ambientais e de governança) é o baluarte para convencer investidores”, disse.

Para o ex-secretário de óleo e gás do Ministério de Minas e Energia Márcio Félix a nova onda de aquisições de campos terrestres no Brasil será financiada não só por IPOs. Ele acredita que haverá uma forte presença de fundos de private equity no setor. “Vamos começar a ver uma consolidação desse negócio de campos maduros no Brasil. Com a queda de juros, o pessoal está colocando mais dinheiro no mercado real”, afirmou Félix, que preside a EnP, que atua no desenvolvimento de projetos de energia.

Como parte dos preparativos para o IPO, a 3R passou por uma reestruturação societária. Os ativos da companhia e os da Ouro Preto, vendida por Rodolfo Landim à Starboard este ano, foram reunidos numa só empresa: a 3R Petroleum Óleo e Gás, controlada pela Starboard por meio de diversos fundos que detêm 68,3% da petroleira. DBO Energia (19,2%), BTG (6,55%) e um grupo de

investidores individuais (5,95%) completam o quadro acionário - que será diluído com a oferta primária.

A proposta da companhia é dedicar 55% dos recursos a serem levantados com o IPO para comprar mais campos maduros. Outros 30% serão usados para pagar as aquisições em curso e 15% para aumento da posição de caixa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/09/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras volta a vender campos, depois de quatro meses

Passado o período mais crítico do choque do petróleo, as aquisições de campos maduros da Petrobras voltaram à ativa. A estatal chegou a ficar quatro meses sem conseguir assinar um novo contrato sequer, entre março e julho, mas vem acelerando o ritmo dos processos. De saída da produção em terra, a estatal vendeu, só em agosto, quatro ativos que lhe renderão US\$ 285 milhões. Com os desinvestimentos, novas pequenas petroleiras despontam no mercado.

Os novos contratos acompanham a recuperação gradual dos preços do barril, que depois de cair para menos de US\$ 20 em abril, estabilizou-se acima dos US\$ 40 nos últimos dois meses.

O secretário executivo da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), Anabal dos Santos Júnior, conta que a Petrobras tem acelerado o ritmo dos processos de desinvestimentos, alguns deles abertos já há três anos. Ele lembra que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) deu um prazo, já adiado em situações anteriores, para que a empresa se desfaça dos ativos que não lhe interessam mais até o fim do ano. Além disso, a estatal corre para levantar caixa e para se livrar de ativos com custos operacionais mais elevados, num contexto de menores margens.

“A Petrobras vem encurtando prazos que eram excessivamente dilatados nas negociações, acelerando ritos, e aumentando o tamanho dos polos à venda”, afirmou.

Os campos maduros da Petrobras têm se tornado um negócio atrativo para o private equity. A mais nova estreante, nesse segmento, por exemplo, é a Karavan Oil. A empresa arrematou o Polo Cricaré (ES) por US\$ 155 milhões, em sociedade com o Seacrest Capital Group, fundo internacional que investe em óleo e gás.

O Seacrest já atuava no Brasil, por meio da AziLat, em concessões de exploração nas bacias do Ceará e Potiguar. Com foco até então voltado para o offshore, o fundo viu na abertura dos campos terrestres uma oportunidade interessante e se associou à Karavan - chefiada por Fabiano Ramos, ex-diretor do Merrill Lynch e do ING Barings, ao lado de um time de egressos da Petrobras e da antiga HRT. Com a compra, a Karavan assume uma produção de 1,7 mil barris/dia.

A compradora de campos maduros mais ativa nesses últimos meses tem sido a 3R Petroleum, empresa controlada pela Starboard que se prepara, agora, para uma abertura de capital. A companhia opera desde julho o Polo Macau (RN), adquirido por US\$ 191 milhões, e desde então assinou mais dois novos contratos, num total de US\$ 129,4 milhões, para assumir os polos Rio Ventura (BA) e Fazenda Belém (CE). Os negócios consolidam a empresa como maior produtora privada de óleo em terra no Brasil, ao lado da Petrorecôncavo, com volumes da ordem de 5,8 mil barris/dia.

Com investimentos do fundo Opportunity, a Petrorecôncavo não é bem uma novata, mas em 2019 deu um importante passo de expansão no país, ao comprar da Petrobras o polo Riacho da Forquilha (RN), por US\$ 356,3 milhões.

“Com a taxa de juros baixa, dinheiro está buscando projeto. A abertura de capital da 3R Petroleum demonstra a liquidez do mercado. Essas empresas [novatas] não são de exploração, elas contam com ativos que geram fluxo de caixa, isso é facilitador para quem empresta”, afirmou o professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE/UFRJ), Edmar Almeida.

Petrorecôncavo, 3R e Karavan largam na frente, na corrida por um mercado em transformação. Segundo a ANP, as petroleiras privadas respondiam em julho por 13% da produção em terra, no Brasil - há um ano, a fatia era de 4,5%.

“Vai começar a haver uma consolidação nesse setor. A crise é ruim para algumas empresas, mas traz oportunidades para quem está bem posicionado”, disse o ex-secretário do Ministério de Minas e Energia e atual presidente da empresa EnP, Márcio Félix.

Para Edmar Almeida, a abertura do refino também favorece, na medida em que diversifica os clientes. “Além disso, a tecnologia de mini-refinarias avançou muito nos últimos anos, traz perspectivas de novos modelos de negócios”, aposta.

Já Anabal, da ABPIP, é mais cético quanto aos efeitos da abertura do refino. “Acredito que no longo prazo teremos um mercado maduro, mas, num primeiro

momento, há um debate sobre até que ponto a venda das refinarias da Petrobras pode criar monopólios privados regionais”, comentou.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	08/09/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Vale não fecha com NCZ

A Vale informou, em comunicado, que a sua subsidiária Vale Canada Limited (VCL) não chegou a acordo com a empresa australiana New Century Resources Limited (NCZ), para venda de participação da VCL na empresa Vale Nouvelle Calédonie S.A.S. (VNC). Assim, como não houve acerto de venda entre as partes, caso nenhuma outra solução viável seja encontrada, a Vale informou não descartar fechamento da VNC. Na prática, a VCL continua com 95% de participação na VNC, que representa os negócios da Vale na Nova Caledônia, arquipélago francês no Pacífico, e engloba fábrica de níquel na região de Goro, no sul da ilha. A VCL e a companhia australiana informaram acordo de exclusividade, em maio, para negociação da venda de parcela na VNC. A não realização de acordo, entre as partes, encerra esse período de exclusividade para negociação da parcela na empresa. Em comunicado, Eduardo Bartolomeo, CEO da Vale, comentou sobre o assunto. “Todas as partes envolvidas nesta negociação investiram esforços significativos na tentativa de chegar a uma solução para o futuro sustentável da VNC”, disse Bartolomeo. “A Vale e todos os envolvidos no processo de desinvestimento - incluindo a Província do Sul da Nova Caledônia, o Estado francês e a administração da VNC - continuam a explorar alternativas para criar um futuro viável para a VNC, todas as quais contemplarão a saída da Vale. Continuamos esperançosos de um resultado positivo e estamos trabalhando com todas as partes envolvidas com esse propósito em mente.”

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	08/09/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Stella Fontes — De São Paulo
Título:	Rhodia terá primeira fábrica de solvente “verde” fora do Brasil

A Rhodia, que pertence ao grupo belga Solvay, inaugurou na sexta-feira a segunda fábrica do solvente “verde” Augeo em Paulínia (SP), com a produção

totalmente vendida e planos de erguer a terceira unidade fabril, desta vez fora do Brasil. Por enquanto, o país ainda concentra a fabricação do solvente oxigenado derivado da glicerina, desenvolvido localmente pela empresa. Mas o sucesso do produto, usado em aromatizadores de ambiente e itens de higiene pessoal e limpeza doméstica, no mercado externo justifica o investimento.

A instalação das duas primeiras fábricas de Augeo exigiu US\$ 15 milhões em investimentos e estabeleceu capacidade produtiva de 20 mil toneladas por ano. “Com a segunda linha totalmente vendida, vamos partir para a terceira”, disse ao **Valor** a presidente da Solvay na América Latina, Daniela Manique. Esses investimentos fazem parte de um pacote de R\$ 150 milhões em aportes planejados até este ano no país, que tende a receber mais recursos do grupo à medida que se concretize a esperada redução do custo do gás natural.

De acordo com o vice-presidente global de Fenol e Derivados, Solventes e Poliamida e Fibras da Solvay, Antonio Leite, atualmente, 80% da produção do solvente é exportada e os Estados Unidos são o principal cliente. “Provavelmente, a próxima etapa deve ser lá”, contou. A glicerina usada no processo produtivo, porém, deverá ser proveniente do Brasil por causa das certificações já obtidas.

Há mais de um mês, a Rhodia obteve registro na “Vegan Society”, a mais tradicional e respeitada nesse mercado, para os solventes Augeo Crystal e HGL (hexilenoglicol). O selo, que atesta que o produto não tem ingrediente de origem animal nem foi testado em animais, abre novos nichos para o solvente, como o de produtos veganos de cuidados pessoais ou de cuidados para a casa, uma tendência em crescimento sobretudo internacionalmente.

O desenvolvimento da linha Augeo consolidou a operação brasileira como polo de inovação sustentável e levou, também, à exportação de mão de obra. Dois pesquisadores da unidade de Paulínia foram expatriados para os Estados Unidos e a Europa, com o objetivo de desenvolver produtos junto aos clientes.

Conforme Daniela, a pandemia de covid-19 não teve impacto no cronograma de instalação da segunda fábrica - a cerimônia de inauguração, na tarde de sexta-feira, foi acompanhada virtualmente por cerca de 450 pessoas - nem nas vendas do solvente. “Essa foi uma linha de produtos que não sentiu queda nenhuma”, comentou. No conjunto dos produtos da Solvay na região, contudo, julho foi um mês de demanda abaixo do esperado e agosto, melhor do que o previsto.

A aprovação do projeto de lei 6.407/2013, que institui o novo marco regulatório do gás natural na Câmara dos Deputados, na semana passada, foi especialmente comemorada pela Rhodia, que caminha para se tornar a primeira consumidora industrial livre de gás no Estado de São Paulo. Segundo Daniela,

que participou dos esforços da indústria química brasileira para garantir a aprovação das novas regras, a expectativa é ir ao mercado livre de gás a partir de 1º de janeiro - o plano inicial era outubro, mas a tramitação do projeto foi um pouco mais demorada do que se previa.

A Rhodia já tem assegurados novos contratos de fornecimento de gás natural, mas ainda aguarda a promulgação das novas regras e regulamentações da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do estado de São Paulo (Artesp) para aderir, de fato, ao mercado livre. Num primeiro momento, a expectativa é de queda de 20% a 30% nos custos do gás natural. Quando o funcionamento do novo mercado for pleno, a queda pode chegar a 50%, disse a executiva.

Segundo Daniela, a Solvay já trabalha em novos projetos no país, incluindo desgargamento com aumento de capacidade, e alguns sairão do papel independentemente da redução do gás. Nas cadeias mais expostas ao insumo, seriam candidatas a novos investimentos a de hidrogênio e de ácido adípico, chegando à área têxtil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/09/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Reconhecido crédito sobre os insumos de usinas

Algumas usinas sucroalcooleiras estão conseguindo ter reconhecido o direito de usar créditos tributários sobre insumos agrícolas, e não apenas sobre os insumos industriais. Esse tipo de custo, considerado no Direito como de “insumos de insumos”, são para as usinas os mais pesados. Dependendo do tamanho da empresa, o reconhecimento pode representar ganhos de dezenas de milhões de reais.

A Tereos Açúcar e Energia Brasil obteve há duas semanas uma decisão favorável em primeira instância que anulou infrações que haviam sido aplicadas pela Fazenda paulista por esta não ter estornado créditos de ICMS referente ao uso de diesel em máquinas agrícolas em 2012 e 2013.

A Fazenda entendia que a empresa deveria ter estornado créditos de quase R\$ 2,6 milhões referente ao abastecimento do combustível em máquinas de terceiros. Essas máquinas, porém, estavam a serviço da operação agrícola da Tereos.

“A premissa é de que o combustível é usado integralmente na atividade da usina e, por isso, a empresa tem direito ao crédito integral”, afirmou Isabella Pacífico, advogada que representou a Tereos no Tauil & Chequer Advogados.

Os insumos agrícolas já passaram a ser considerados pela Receita Federal como essenciais para a atividade sucroalcooleira no caso de créditos de PIS e Cofins, após uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Em 2018, a corte mudou entendimento e passou a definir que, para creditamento de PIS/Cofins, o conceito de insumo deveria ser avaliado por sua essencialidade ou relevância à atividade.

Refletindo essa mudança, a Receita Federal publicou, em outubro de 2019, instrução normativa autorizando o uso de créditos de PIS/Cofins sobre os gastos em toda a cadeia, inclusive na fase agrícola.

Segundo Celso Grisi, sócio do Tauil & Chequer Advogados, podem ser considerados como “insumos de insumos” combustíveis, lubrificantes, máquinas, peças de reposição, agrotóxicos e outros bens para tratamentos culturais. A contabilização de créditos sobre esses insumos já era uma prática entre as usinas antes de 2019 - mas quando eram auditadas pelo fisco, recebiam autuação. Agora, as empresas podem inclusive rever autuações recebidas nos cinco anos anteriores à instrução normativa da Receita.

E o impacto do reconhecimento desses créditos não é pequeno. “Temos atualmente, para uma usina que fatura R\$ 1 bilhão por ano, cerca de R\$ 12 milhões em contingência passiva decorrente desta tese”, afirma Grisi, que não pode revelar a identidade do cliente. Em outro caso, de uma usina que fatura R\$ 1 bilhão que pleiteia a acreditação de ICMS sobre insumos agrícolas, a contingência é de R\$ 62 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/09/2020

Seção: Finanças

Autor: Daniela Chiaretti — De São Paulo

Título: Bolsa atualiza índices de carbono e de desenvolvimento sustentável

A B3 está atualizando seus índices de desenvolvimento sustentável e de carbono, além de abrir novas frentes que atendam às demandas do mercado - produtos em sintonia com a emergência climática e com abordagens ambientalmente adequadas, socialmente justas e de boa governança, que o jargão conhece pela sigla em inglês ESG.

A companhia está reestruturando os índices ISE B3 e ICOs B3 para torná-los mais atrativos ao investidor e, nos próximos dias, anuncia uma parceria com a Standard & Poor's (S&P). A intenção é lançar um índice ESG com as empresas listadas no mercado brasileiro.

A ideia é que o S&P B3 Brasil ESG englobe empresas negociadas no país e que compõem o S&P Brazil BMI. Esta carteira seria analisada com foco nas empresas elegíveis aos critérios ambientais, sociais e de governança, e filtradas de acordo com a metodologia usada pela S&P.

“Estamos trabalhando em uma família mais robusta de índices ESG”, diz Ana Buchaim, diretora de sustentabilidade e marketing da B3. A intenção, diz a executiva, é oferecer produtos mais relevantes. “Um portfólio ESG que não seja tão romântico, mais alinhado com as demandas de mercado e que traga resultados”, diz ela.

Há dois passos concretos sendo preparados - a revisão do ISE e a ampliação do ICO.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é de 2005, foi o quarto índice de sustentabilidade criado no mundo e sai uma vez ao ano. A carteira de 2020 tem 30 empresas (com 36 ações) com 40% do valor de mercado da B3.

O questionário que avalia se uma empresa pode integrar o ISE será setorizado, adianta Ana Buchaim. Até agora, os critérios não distinguiam indústrias com alto índice de emissão de gases-estufa com bancos, por exemplo. “O ISE chegou à maturidade. Agora estamos adaptando os critérios de exigência de acordo com uma abordagem setorial.”

Fazem parte do ISE hoje conglomerados de 15 setores da economia - construção civil, alimentos processados, energia, madeira e papel, petróleo e gás, biocombustíveis, químicos, bancos, transporte, telecomunicações, produtos de uso pessoal e limpeza. Entre elas estão Banco do Brasil, Itaú, Klabin, Renner, Eletrobras e Engie, para citar algumas empresas.

A performance acumulada do ISE desde a criação, em novembro de 2005, até 31 de julho de 2020 foi de 295,68%. No mesmo período, o desempenho do Ibovespa foi de 222,44%.

O caso do Índice Carbono Eficiente (ICO2) é de ampliação. Hoje o indicador é composto por ações de empresas que participam do IBrX-50 e que adotam práticas transparentes em relação às suas emissões de gases-estufa. O ICO2 tem atualmente 26 companhias (como Gol, Braskem, JBS, Natura, Bradesco e Cemig, para citar algumas) com 28 ações correspondendo a 52% do valor de mercado da bolsa B3.

Criado em 2010, a ideia, no caso do ICO2, é expandir sua carteira. A partir de 2021 serão convidadas a participar do indicador as 100 empresas mais líquidas - que participam do índice IBrX-100.

“Nossa ambição, na agenda de mudança do clima, é ser um ‘hub’ de conexão sobre o tema”, explica Ana Buchaim. “Queremos transformá-lo em um referencial para investidores”, continua.

Se a estratégia da B3 para o biênio 2020-2021 é fortalecer o portfólio de produtos e incorporar índices ESG, outra vertente é desenvolver novas frentes de negócios.

Em pesquisa recente, a empresa identificou um milhão de investidores em produtos de renda variável. O novo investidor, de forma geral, é mais jovem e muito preocupado com a temática da sustentabilidade.

“Esta é uma demanda que veio para ficar e não vai retroceder”, acredita a executiva.

Na estratégia da B3, também está buscar uma atuação forte em mecanismos como os títulos verdes (“green bonds”) e os créditos de descarbonização inseridos na Política Nacional de Biocombustíveis (CBIOs). Além disso, acompanhar os estudos do governo na criação de um mercado de créditos de carbono.

“Temos que fomentar a agenda das finanças verdes”, continua. O mercado de carbono, debate no Brasil que se arrasta há anos, é seguido pela B3. “É um tema que vai continuar evoluindo”, afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/09/2020

Seção: Colunas

Autor: CIRCE BONATELLI, WELLINGTON BAHNEMANN, AMANDA PUPPO E ANDRÉ ÍTALO ROCHA

Título: » Dedo verde.

Coluna do Broadcast

Com a meta de neutralizar suas emissões até 2030, a Volkswagen avança na compra de energia renovável para as operações brasileiras. O Centro de Peças e Acessórios da montadora, localizado em Vinhedo (SP), se tornou a primeira unidade da empresa a operar com 100% com fontes limpas no mercado livre, desde julho.

» Economia. Além de contribuir para reduzir a pegada de carbono, a migração para o mercado livre por meio da compra de energia incentivada irá trazer economia na conta de luz de 6% já em 2020. A previsão da montadora é de que

estratégia reduza em mais de 40% as despesas com energia elétrica nos próximos cinco anos.

» Eficiência. A compra de energia renovável faz parte de uma estratégia maior, que também prevê investimentos em eficiência energética. Segundo o gerente executivo de Planejamento de Manufatura, Rafael Pestana, a Volkswagen tem mais de 700 iniciativas voltadas ao uso racional de energia em andamento em suas operações no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/09/2020

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto **ESPECIAL PARA O ESTADO /BELO HORIZONTE-MG**

Título: Há 156 barragens em situação crítica

Levantamento feito após tragédia de Brumadinho indica aumento de 129,5%, mas monitoramento também foi ampliado no ano passado

Com 259 mortos e 11 desaparecidos até agora, a tragédia de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, continua responsável pela revelação de dados alarmantes sobre a segurança das represas no País. O aumento da fiscalização nas estruturas, ocorrido após o rompimento e considerando reservatórios de geração de energia e de água, acusou a existência de 156 estruturas em condições críticas em 22 Estados em 2019, ante 68 no ano anterior, alta de 129,5%. O levantamento indica presença de problemas estruturais. Não há risco só em Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal. Do total, 49 são de mineração e parte tem grande poder de destruição no caso de ruptura. Os dados sobre as barragens constam do relatório de Segurança de Barragens do ano passado da Agência Nacional de Águas (ANA).

A tragédia em Brumadinho foi a segunda de grandes proporções em três anos. Em 5 de novembro de 2015, a barragem da Samarco se rompeu em Mariana, matando 19. O distrito de Bento Rodrigues foi destruído. A lama que desceu chegou ao Rio Doce e ao Espírito Santo. O relatório da ANA, feito no ano de Brumadinho, acusa aumento de 135%, na comparação com 2018, nas fiscalizações. O número de inspeções no local cresceu de 920 para 2.168. O relatório mostra também que, das 156 barragens em estado crítico, mais da metade, 80, está em Minas Gerais. Houve ainda recorde no número de registros de acidentes e incidentes envolvendo barragens, 12 e 58, respectivamente, em 15 Estados.

O Brasil tem 19.388 estruturas de mineração, geração de energia e armazenamento de água. O relatório da ANA afirma não haver informações

completas de 11.826, ou 61%. Não houve avanço: em 2018, a quantidade nessa situação era de 11.767. A ausência de informações, como dimensões das barragens e volume do que guardam, têm como consequência a impossibilidade de se prever os impactos contra a vida humana e o meio ambiente e o enquadramento na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). A própria ANA classifica a situação como fundamental para a segurança da população. “Isso mostra que ainda há um enorme passivo de informações básicas, o que se torna um desafio que deve ser enfrentado pela maioria dos órgãos fiscalizadores, notadamente os de barragens de acumulação de água”, informa seu relatório.

A PNSB determina as regras para administração da segurança. Segundo a agência, “a definição se a barragem se submete ou não à PNSB é fundamental (...) para que a sociedade conheça qual o universo de barragens que geram algum tipo de preocupação em caso de eventual rompimento, permitindo a cobrança e a fiscalização de seus empreendedores”. Essa política completou dez anos na sexta-feira. A coordenadora de Regulação de Serviços Públicos e de Segurança de Barragens da ANA, Fernanda Laus, afirma que nem todas as barragens em condições críticas correm risco de ruir.

A técnica diz que o relatório pode não significar uma piora. “O que aconteceu é que as informações passaram a chegar. As pessoas foram mais a campo”, diz. Os dados são repassados à agência por um conjunto de 33 entidades fiscalizadoras. “O que desenvolvemos é um trabalho de conscientização. Ajudamos com ferramentas para que os responsáveis pela fiscalização atuem”, comenta. A ANA oferece, por exemplo, cursos pela internet com orientações nesse sentido.

Mineração. O diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), Eduardo Leão, afirma que a tragédia de Brumadinho foi responsável pela impulsão no número de fiscalizações. “Passamos o ano inteiro correndo atrás”, afirma. Conforme o diretor, algumas estruturas chegaram a passar por sete inspeções em 2019. Leão diz ainda que o fato de o órgão, que era antes Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), ter virado agência, em 2018, contribuiu para mais fiscalizações. Na área da mineração, segundo dados da ANM, há 441 barragens, de um total de 841, inseridas na PNSB. Ou seja, não existem informações completas sobre 400.

Leão afirma que as estruturas provavelmente não oferecem risco, mas que não há garantia de que problemas não venham a ocorrer. “Toda barragem é um ser vivo. Pode haver o impacto de uma chuva, por exemplo”, avalia. “Quanto mais informações, melhor para se fazer a gestão.” Segundo o diretor, a agência ainda passa por dificuldades como número reduzido de fiscais, são 30 para todo o País, e uso de sistema de computadores ultrapassados. O professor do Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG), Roberto Galéry, diz que a tendência continua a ser a extinção de reservatórios de rejeitos, como os que ruíram em Mariana e Brumadinho. “Ficou provado que essas barragens não são seguras.”

O especialista defende ainda maior atenção à desativação dessas estruturas. “É preciso tomar atitudes para que acidentes não ocorram mais. As barragens que estão em estado crítico têm de ter as atividades suspensas”, defende. “Depois de Brumadinho, que foi uma reincidência no Brasil, foi atingido um nível de gravidade maior.” Galéry aponta que o sistema de segurança de barragens no Brasil, que prevê a responsabilidade para o dono da estrutura, e a fiscalização ao poder público, é o ideal, mas pode apresentar falhas. “Não há pessoal suficiente para fiscalizar.

Por outro lado, empresas grandes costumam se preocupar mais com a operação, que gera receita, e descuidar da parte da segurança, que apenas cria despesa.” O presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wilson Brumer, afirma que as rupturas de barragens já provocaram mudanças no comportamento das empresas dentro e fora do País. “O que aconteceu em Brumadinho e Mariana serviu de grande alerta para o setor como um todo, até no exterior. Empresas que não sentiam que podiam ter problemas pararam para pensar: ‘Aconteceu lá, poderia acontecer aqui também’.” Serviu de alerta, então.

Conforme Brumer, as companhias do setor passaram a buscar mais transparência e segurança. “Há mais comunicação e empenho para que a ANM seja fortalecida. O clima dentro do setor é de mudança”, afirma. O presidente do Ibram indica, no entanto, que o setor poderá encontrar dificuldades exatamente no descomissionamento das barragens. “Não é algo simples de se fazer. Cada uma tem de ser avaliada dentro de seu perfil. Se fechar de forma inadequada, pode acontecer um acidente.”

Pandemia. Os números deste ano talvez sejam diferentes. O diretor da ANM adiantou que a pandemia do novo coronavírus atrapalhou as fiscalizações ao longo de 2020, sobretudo em relação à contratação de serviços e equipamentos para o trabalho. “Não paramos, mas tivemos problemas, por exemplo, para locação de veículos para o deslocamento das equipes.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/09/2020

Seção: Economia

Autor: Douglas Gavras

Título: Taxa sobre carbono pode aliviar dívida

Com tributo, endividamento público poderia cair mais de 10 pontos até 2030, diz estudo

A implementação no Brasil de uma taxa sobre carbono, cobrando mais de combustíveis fósseis e nos moldes do que é feito no exterior, poderia aliviar a trajetória da dívida pública nos próximos anos. Até 2030, o endividamento poderia ficar mais de dez pontos menor, em porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), com a cobrança, segundo estudo de Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Com a pandemia da covid-19, a dívida deve explodir este ano, subindo de 58,3% em 2019 para 75,4% do PIB (em termos líquidos) e de 75,8% para 95,7%, no caso da dívida bruta. Já com a taxa de carbono, a dívida líquida estaria em 57,6% em 2030, menor que antes da pandemia, e a dívida bruta ficaria em 89%, dez pontos abaixo do esperado para a daqui a dez anos (99,4%). Em ambos os cenários, o pesquisador prevê a manutenção do teto de gastos pelas regras atuais até 2026. Um aumento do endividamento é preocupante, entre outros motivos, por afastar o Brasil do grau de investimento das agências internacionais de classificação de risco.

Além dos impactos ambientais e dos benefícios para a saúde pública que a redução de poluentes traria, a adoção de um sistema de taxa de carbono poderia arrecadar em torno de R\$ 600 bilhões nos próximos dez anos. O imposto lá fora taxa tanto o combustível na bomba dos postos quanto os que são usados na aviação, na indústria e em usinas termoeletricas. “Já que vamos precisar de algum aumento de carga tributária, que tal fazer isso de uma maneira inteligente, usando um tributo que tem potencial de arrecadação elevado e que não gera distorções? Arrecadar 1% do PIB pela recriação da CPMF até é possível, mas é um tributo ruim. Já o carbon tax é um tributo, que teria esse potencial de arrecadação, mas com benefícios”, diz Borges.

Ele argumenta que com o cenário atual, de inflação baixa, a necessidade de conter o endividamento e de realinhar o País com as melhores práticas ambientais, a discussão sobre a reforma tributária seria a oportunidade ideal para implantar o tributo verde. Tramita desde 2018 na Câmara um projeto do deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) que propõe a criação da taxa sobre o carbono, elevando a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), para promover avanços na “sustentabilidade e a mitigação do aquecimento global”.

Um relatório do ano passado da OCDE aponta que a tributação sobre combustíveis de origem fóssil no Brasil ainda está distante das práticas internacionais. Em uma lista de 44 países, só Brasil, Rússia e Indonésia estão

abaixo do referencial internacional de tributação sobre emissões de veículos, de R\$ 30 por tonelada de gás carbônico.

Taxa polêmica. O imposto sobre o carbono não seria simples de ser aprovado. Um dos caminhos seria a elevação de alíquotas como a Cide. O levantamento do pesquisador do Ibre/FGV considera um aumento de 20% a 25% nos preços dos combustíveis, caso a medida fosse tomada. “Mas poderia ser feito um escalonamento, para que se chegue a uma arrecadação de 1% do PIB até 2025”, diz Borges. No caso dos caminhoneiros, que chegaram a parar o País em 2018, para protestar contra o preço do diesel, ele avalia que poderiam ser criadas medidas compensatórias de crédito, para facilitar a transição.

“Toda mudança vai gerar polêmica. E na transição para uma economia verde, isso também acontece. Em um segundo momento, o governo pode pensar em políticas para diminuir a dependência que o transporte público tem de combustíveis fósseis, investindo em ônibus híbridos e elétricos, por exemplo.”

Para Clovis Panzarini, especialista em tributação, a adoção de uma taxa de carbono em linha com as experiências internacionais é fundamental, mas não deve ocorrer no atual governo. “Lá fora, estão trabalhando fortemente nessa direção. Mas é preciso ter um governo inclinado a alguma conscientização ambiental, coisa que o presidente Bolsonaro e seus ministros não têm.” Ele ressalta que nunca é fácil aprovar um aumento de impostos, mas que é preciso modernizar o País e aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais.

Procurada, a Fecombustíveis, federação que representa as empresas do setor, não comentou a proposta de taxação sobre combustíveis fósseis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/09/2020

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro / BRASÍLIA

Título: Indústria perde participação na atração de investimento produtivo para o País

Capital externo. Investimentos estrangeiros na indústria caíram de 34,6% do total, de 2011 a 2018, para 22,7%, entre 2019 e junho de 2020, segundo dados da Sobeet; no setor primário – mineração e petróleo –, aportes subiram de 14,3% para 24,9% nos mesmos períodos

O perfil dos investimentos produtivos feitos por estrangeiros no Brasil está se alterando. Levantamento feito pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), com base em dados do Banco Central, mostra que o setor primário da economia brasileira,

puxado pela extração de petróleo e minerais, recebeu nos últimos anos fatia maior de recursos voltados para novos projetos empresariais ou compra de participação em negócios já existentes. Em contrapartida, a parcela de investimentos para a indústria encolheu.

Os dados compilados pela Sobeet mostram que, de 2011 a 2018, o setor primário recebeu 14,3% dos Investimentos Diretos no País (IDP) direcionados a participação no capital, considerando a média do período. No intervalo de 2019 a junho de 2020, o percentual saltou para 24,9%. Nos mesmos períodos, os investimentos dos estrangeiros na indústria passaram de 34,6% do total para 22,7%. No setor de serviços, foram de 50,6% para 51,9%. O IDP engloba operações como fusões e aquisições, construção de novas instalações, reinvestimento de lucros auferidos em operações no exterior e empréstimos entre empresas de um mesmo grupo econômico.

No período de 2019 a junho de 2020, o aporte total em participação no capital, considerando todos os setores, somou US\$ 63,3 bilhões. Considerando o estoque atual de IDP, entre os principais investidores estão países como Estados Unidos, Espanha, França e China. Por trás da maior atratividade do setor primário – que reúne agricultura, pecuária e extrativismo mineral – está o dinamismo da extração de petróleo e gás e da extração de minerais. No caso do petróleo, a fatia dos investimentos recebidos saltou de 8,3% no período de 2011 a 2018 para 17,2% no intervalo de 2019 a junho de 2020. A parcela da mineração foi de 2,9% para 4,5%.

Volta ao setor primário. O diretor presidente da Sobeet, Luís Afonso Fernandes Lima, afirma que a indústria tem perdido espaço em todo o mundo na atração de IDP. A diferença do Brasil, segundo ele, é que neste processo o setor primário tem abarcado uma parcela maior dos investimentos, e não o setor de serviços. De acordo com Lima, esta mudança de perfil tem aspectos negativos. “Temos a questão do emprego. Os setores de petróleo e mineração são menos intensivos em mão de obra. Então, é mais difícil criar empregos com investimentos nesses segmentos”.

Lima cita ainda a questão da transferência de tecnologia. Segundo ele, mais do que compensar o déficit em transações correntes de um país, a entrada de IDP permite a capacitação de fornecedores, de mão de obra e mesmo da concorrência nacional. “Este efeito de ‘transbordamento’ de tecnologia, de capacitação, de transferência de conhecimentos e habilidades, é muito prejudicado no setor primário.” Em seu estudo, a Sobeet alerta ainda que o deslocamento do IDP para o setor primário pode tornar o Brasil mais suscetível às flutuações nos preços das commodities. Assim, períodos prolongados de preços mais baixos podem determinar investimentos diretos menores no Brasil

– algo que poderia ter reflexos no financiamento do déficit em transações correntes.

O economista William Baghdassarian, professor do IbmeCDF, afirma que em todo o mundo há um processo de “valorização” dos serviços, que tem peso crescente no Produto Interno Bruto (PIB). “No caso do Brasil, o que acontece há algum tempo é um processo de volta para o setor primário. E não apenas nos setores de petróleo e minério, mas também no agronegócio.”

Commodity. Com o desenvolvimento da atividade mineradora e do pré-sal no Brasil, que fomentou as atividades ligadas ao petróleo e ao gás, o IDP voltado para estes setores também aumentou. Para Baghdassarian, isso não é necessariamente uma má notícia. “O que a teoria econômica fala é que o Brasil deve aproveitar as vantagens comparativas no setor agrícola e no de energia. Não faria sentido não aproveitar isso”, defende o economista. “O risco é de que, na medida em que se começa a ficar muito dependente de uma commodity específica, quando o preço cai, o País perde”, afirmou Baghdassarian.

O economista defende que o Brasil aproveite as oportunidades trazidas com a ampliação de aportes no setor primário. No entanto, ele afirma que o que fará diferença no longo prazo, inclusive para a atração de investimentos, será o ganho de produtividade na economia. “E para ganhar produtividade tem que investir na educação”, concluiu o economista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/09/2020

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Todo gás

Painel S.A

Enquanto o debate sobre a nova lei do gás avança no plano federal, associações das indústrias com alto consumo do combustível querem mais prazo para uma consulta pública da Arsesp (agência reguladora do setor de energia em SP) sobre o mercado livre de gás no estado.

Redução

As entidades reclamam que os 30 dias para sugestões, encerrados na segunda (7), são insuficientes para o debate de um assunto complexo e dizem que gostariam de apresentar um estudo da FGV sobre o mercado.

Calendário

A Arsesp afirma que o prazo concedido é o dobro do mínimo previsto em lei e que segue cronograma da agenda regulatória.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/09/2020

Seção: O País

Autor: Gustavo Maia, Marcello Corrêa, Renata Mariz, Victor Farias e Vinicius Sassine

Título: Bolsonaro causa aglomeração em ato de 7 de Setembro

Presidente, sem usar máscara, participou de cerimônia pelo Dia da Independência, em Brasília, e se encontrou com apoiadores

Canceladas em razão da pandemia do novo coronavírus, as comemorações oficiais do Dia da Independência provocaram uma aglomeração de centenas de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro em frente ao Palácio da Alvorada, na manhã de ontem. O tradicional desfile foi cancelado neste ano em razão da pandemia, mas a Presidência da República decidiu fazer uma cerimônia de hasteamento da bandeira em frente ao Alvorada, a residência oficial do presidente. O evento foi aberto à população, e centenas de apoiadores compareceram.

O presidente estava sem máscara quando chegou ao evento, cercado de crianças e no tradicional Rolls-Royce da Presidência. Ainda sem máscara, ele cumprimentou seus apoiadores que se aglomeravam na grade que separa os membros do governo do público.

Frascos de álcool em gel eram barrados na revista inicial, com a alegação de que haveria o produto disponível às pessoas. Com a chegada das primeiras autoridades, os apoiadores se aglomeravam para cumprimentar e fazer fotos com os integrantes do governo.

A primeira-dama, Michelle, chegou à frente do Alvorada sem máscara. Colocou o acessório assim que se dirigiu aos apoiadores para cumprimentá-los e fazer fotos. O evento contou com o hasteamento da bandeira, acompanhado pelo Hino Nacional e pelo Hino da Bandeira. Depois, a Esquadrilha da Fumaça fez uma apresentação de 15 minutos.

Ao fim do evento, Bolsonaro voltou a cumprimentar seus apoiadores, ainda sem máscara, acompanhado do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, que retirou a máscara ao se aproximar do público. Os ministros da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e da Cidadania, Onyx Lorenzoni, também conversaram com os apoiadores do governo sem o acessório.

ALMOÇO DESCONTRAÍDO

Após o evento, Bolsonaro participou de um almoço de confraternização organizado pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, e ministros. O encontro aconteceu na residência do secretário especial de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha, considerado por aliados um dos auxiliares mais respeitados pelo presidente. Segundo presentes, o evento serviu para “descontrair os ânimos” dos governistas. Tanto Bolsonaro quanto ministros passaram a tarde contando e rindo de piadas.

Alvo de críticas dentro do governo por tentar evitar aumento de gastos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, participou da confraternização ao lado de Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Augusto Heleno (GSI), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Tereza Cristina (Agricultura), Jorge Oliveira (Secretaria-Geral da Presidência), Fábio Faria, e do secretário de Cultura, Mário Frias. Também esteve presente o deputado federal Helio Lopes (PSL-RJ).

A confraternização ocorreu também em meio à despedida de Toffoli da presidência do Supremo. Na próxima quinta-feira, o ministro passa o cargo ao colega Luiz Fux. '

À noite, o presidente fez um pronunciamento em cadeia de rádio e TV, por causa do Dia da Independência, e lembrou passagens da história do Brasil. Durante o discurso, foram registrados protestos, gritos e panelaços em várias cidades do país, incluindo Rio, Niterói e São Paulo

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/09/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Sem obter licença, Total desiste de explorar petróleo na Amazônia

A petroleira francesa Total anunciou ontem que desistiu de operar os blocos exploratórios na bacia da Foz do Amazonas, na Região Norte do Brasil, onde enfrenta dificuldades de licenciamento ambiental. A exploração de petróleo na região é muito polêmica, porque a área é considerada uma das mais ricas em biodiversidade do planeta. É conhecida como uma nova fronteira por nunca ter sido explorada.

Em 2013, a Total arrematou cinco áreas exploratórias, a 120 quilômetros da costa brasileira. Com a desistência, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) terá seis meses parano-mear um novo operador. “Nesse período, a Total tem a

função de continuar monitorando todos os processos regulatórios em nome de seus parceiros Petrobras e BP”, afirmou a empresa.

Em dezembro de 2018, o Ibama já havia negado as licenças. Em março de 2019, após outro pedido da Total, o Ibama negou novamente o licenciamento por “permanecerem pendências e incertezas técnicas” no projeto.

Um dos maiores entraves foi a descoberta pelo Greenpeace um recife de corais perto dos blocos da Total. As informações foram publicadas na revista científica *Frontiers in Marine Science*, e a Total foi alvo de protestos de ambientalistas na França por causa de suas atividades no Brasil.

Integrantes do atual governo já defenderam a exploração de petróleo na região. Mas a Total não é a primeira empresa a desistir do negócio. Em dezembro de 2018, o Ibama, em decisão definitiva, negou a licença para empresas como a BP e Queiroz Galvão. A BP já anunciou oficialmente sua saída da região. A Brasoil, hoje controlada pela PetroRio, também vem tentando suspender seus contratos de concessão com a ANP.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/09/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: De volta às compras

Empresas retomam fusões e aquisições adiadas pela pandemia

Após o pânico inicial provocado pela pandemia adiar muitos negócios, empresas e fundos de investimentos voltaram a planejar fusões e aquisições. A expectativa é que o volume de transações desse tipo chegue a R\$ 31,3 bilhões no segundo semestre deste ano, de acordo com estimativa feita pela consultoria Alvarez & Marsal a pedido do GLOBO. É um aumento de 66% em relação à primeira metade do ano, quando foram finalizados R\$ 18,8 bilhões em operações.

A lista de negociações em curso é extensa e envolve diversos setores, com destaque para saúde, tecnologia, varejo e telecomunicações. Hoje, a Oi dá o pontapé inicial para se desfazer de diversos ativos, como sua operação de telefonia móvel, a rede de fibra óptica e torres. Para isso, será preciso que os credores aprove o plano de venda de ativos durante a assembleia marcada para esta terça-feira. Claro, TIM e Vivo estão bem posicionadas para dividir a rede de celulares.

A Petrobras segue coma meta de vender parte de suas refinarias ainda este ano, além de campos de petróleo e outras subsidiárias, que têm investidores estrangeiros entre os interessados. A varejista Magazine Luiza, que adquiriu no último mês quatro empresas, já sinalizou a investidores que o apetite segue em alta.

No setor de tecnologia, a disputa entre a Stone e a Totvs pela Linx, empresa de software de gestão para o varejo, tem chamado a atenção com lances superiores a R\$ 6 bilhões. Enquanto isso, a própria Linx foi às compras na semana passada: adquiriu a Humanus, de soluções para folha de pagamento.

FATORES FAVORÁVEIS

Levantamento da consultoria Deloitte, que mede as transações concluídas e em curso, também indica forte potencial de novos negócios na segunda metade do ano. Foram 211 operações entre março e maio. Entre junho e agosto, o número saltou para 334.

Os juros baixos, com a Selic em 2% ao ano, no menor patamar da série histórica, levam investidores a buscar outras aplicações e ajudam a explicar o reaquecimento dos negócios. Também contribui para isso a desvalorização do real, que atrai estrangeiros em busca de negócios promissores e baratos. Além disso, a própria pandemia aumentou os problemas de empresas já em dificuldades, que ficam mais vulneráveis à venda.

Para Leonardo Nascimento, sócio da Urca Capital Partners, muitas empresas estão aproveitando os preços baixos para ganhar escala. Paula Seabra, sócia do Dias Carneiro Advogados, diz que o movimento reflete “um momento único”: real desvalorizado, juros baixos e mercado de capitais extremamente ativo. Ela cita ainda o alto número de empresas em recuperação judicial, o que também gera oportunidades:

— As empresas precisam vender ativos para recompor liquidez. Isso tem gerado oportunidades de comprar bons ativos por preços mais vantajosos. Vemos ainda estrangeiros aproveitando a desvalorização do real e comprando ativos por preços vantajosos.

Reinaldo Grasson, sócio da Deloitte, diz que o aumento no número de empresas que pretendem abrir seu capital na Bolsa por meio de oferta pública inicial de ações (IPO) também favorece a ida às compras. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), há 46 empresas na fila, um recorde:

— A Bolsa voltou aos 100 mil pontos, e o volume de IPOs indica que já há uma retomada. As empresas abrem seu capital em grande parte para se capitalizar e fazer aquisições.

Para analistas, o cenário de retomada de fusões e aquisições pode ser um sinal de que o pior momento da economia passou, com investidores enxergando o longo prazo. Na semana passada, o IBGE apontou um recuo de 9,7% no Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre, a maior retração já registrada no país. A aposta agora no mundo dos negócios é numa recuperação, ainda que lenta.

INVESTIDORES ATENTOS

André Pimentel, sócio da Performa Partners, destaca a perspectiva de continuidade da agenda de reformas no Congresso, como a tributária e a administrativa, como um fator favorável aos negócios, apesar dos ruídos políticos.

—Tivemos uma queda grande (nas fusões e aquisições) por conta da incerteza da pandemia, mas já estamos retomando. Há ainda muita liquidez no mundo. Conversamos com nove gestoras de investimentos, que sinalizaram um volume disponível de pelo menos R\$ 10 bilhões para operações no mercado brasileiro. O juro baixo no Brasil forçou a busca por investimentos de maior retorno — diz Carlos Priolli, sócio-diretor da Alvarez & Marsal.

A francesa Engie, maior produtora privada de energia elétrica do Brasil, está de olho em negócios na área de infraestrutura. Após comprar 90% da TAG, rede de gasodutos com 4.500 quilômetros de extensão que pertencia à Petrobras, no ano passado, concluiu em julho a aquisição dos 10% remanescentes, por cerca de R\$ 1 bilhão. O presidente da Engie no Brasil, Maurício Bàhr, diz que a empresa segue em busca de oportunidades:

— Grandes investidores em infraestrutura, como nós, não podem deixar de estar presentes no Brasil. Estamos sempre atentos a oportunidades em geração renovável de energia, na área de gás, linhas de transmissão, entre outros.

A Ball, do setor de embalagens, tem postura parecida. A companhia concluiu na semana passada a compra da Tubex, de embalagens de alumínio para aerossol, com unidade fabril de Itupeva, em São Paulo, por US\$ 80 milhões.

— Essa aquisição representa a confiança no negócio e no mercado em expansão de aerossol da América do Sul — diz Jorge Angel, executivo da Ball.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/09/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Roubo de combustível

Na semana passada, foi pedida urgência para a votação na Câmara, do projeto que trata do furto de combustível quase sempre surrupiado de dutos. O projeto endurece as penas para esse tipo de crime —pode chegar a até 14 anos de prisão, caso o delito provoque morte, como ocorreu em 2018, em Duque de Caxias, quando uma criança de nove anos foi vítima. No 1º semestre de 2020, foram registradas 116 destas ocorrências, sendo 103 em São Paulo. O prejuízo calculado chega a R\$ 87 milhões.

CAPAS DE JORNAIS



O ESTADO DE S. PAULO



Terça-feira 8 DE SETEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46347

estadão.com.br

FERIADO DO 'LIBEROU GERAL'



Bares lotados no Rio, Jair Bolsonaro com apoiadores em Brasília e aglomeração em praia no Recife: muitos brasileiros aproveitaram o feriado para decretar por conta própria o fim das medidas de isolamento e prevenção à covid-19. Segundo especialistas, razões psicológicas, sociológicas e econômicas explicam o relaxamento. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

Governo quer militares na Amazônia até o fim de 2022

Plano inclui estender GLO, reativar financiamento internacional e levar embaixadores estrangeiros à região

O governo Jair Bolsonaro planeja manter as Forças Armadas no combate às queimadas e ao desmatamento ilegal na Amazônia até o fim de 2022. A ideia é estender ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), realizadas em 2019 e neste ano, na chamada Operação Verde Brasil. A estratégia está registrada

em metas do Conselho Nacional da Amazônia Legal, enviadas pelo vice-presidente Hamilton Mourão ao ministro da Economia, Paulo Guedes. O documento prevê "linhas de ação" com custo mais baixo, mas não detalha valores. "Reativação do Fundo Amazônia e financiamento internacional" tam-

bém são previstos. Até o fim deste ano, o órgão espera realizar "diagnóstico dos projetos em curso" com recursos do fundo e fazer negociações para "desenvolver" repasses. Após a pandemia, há ideia ainda de uma "missão de reconhecimento" da Amazônia com embaixadores estrangeiros. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

● **Contra dívida, taxa de carbono**
Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que a criação no Brasil de uma taxa sobre carbono, cobrando mais de combustíveis fósseis como é feito no exterior, poderia aliviar a trajetória da dívida pública nos próximos anos. **ECONOMIA / PÁG. B4**

Vereadores usam verba de emendas para festas e shows

Cerca de 40% das verbas de emendas parlamentares no atual mandato foram usadas pelos vereadores da capital para promover festas, shows, eventos culturais e campeonatos esportivos. Os pagamentos são feitos sem licitação para entidades. Muitas são alvo de investigações. Nos últimos 10 anos, a Prefeitura gastou pelo menos R\$ 1,2 bilhão com ações indicadas pelos vereadores. **POLÍTICA / PÁGS. A4 e A6**



Volta às aulas

Escola particular de Sorocaba se prepara para o retorno dos alunos hoje. Com o aval do Estado, 128 cidades paulistas devem retomar as atividades este mês; a Prefeitura de São Paulo ainda não definiu data para reabertura dos colégios. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

Indústria perde participação no investimento estrangeiro

Investidores estrangeiros estão apostando menos na indústria e mais no setor primário, em especial na extração de petróleo e minerais, e em serviços. Segundo pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais (Sobect), a fatia da indústria caiu de 34,6% ao ano, em média, de 2011 a 2018, para 22,7% de 2019 a junho de 2020. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Tempos de covid-19 VACINA VIRA ALVO DE ESPIONAGEM

Espionagem e hackers de vários países agora estão buscando informações sobre a vacina contra o coronavírus em universidades e indústrias farmacêuticas. A disputa lembra a Guerra Fria, quando EUA e URSS espionavam mutuamente e seus programas espaciais. **INTERNACIONAL / PÁG. A8**

NOTAS E INFORMAÇÕES

A revitalização da agenda urbana

Ao mesmo tempo em que multiplicou canais entre cidadãos, a pandemia os afastou de suas cidades. Eleições são o momento ideal para reaproximá-los. **PÁG. A3**

Verbas publicitárias
Governo quer verba de publicidade oficial para 2021 quase quatro vezes maior do que a de 2020. **PÁG. A3**

Tempo em SP 16° Min. 28° Máx.



NA QUARENTENA

ENCANTO EM 35 MM

Jovem aprende a exibir antigas películas com clássicos. **PÁG. H3**

● **Lives muito esquisitas**
Assistir a outras pessoas estudando e até dormindo – a soneta da influenciadora Tainá Costa foi vista por 20 mil seguidores – virou moda. **PÁG. H1**



156 barragens do País têm risco estrutural
METRÓPOLE / PÁG. A15

Hamilton cria time de rali de carros elétricos
ESPORTES / PÁG. A16

Serviço financeiro une teles e fintechs
ECONOMIA / PÁG. B3

Eliane Cantanhêde

Luiz Fux na presidência do Supremo pode gerar uma situação insólita: o presidente do tribunal abstenha-se de julgar. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Pedro Fernando Nery

Uma boa reforma administrativa, pelos seus benefícios, deve ser encarada como esperança para um Estado mais inclusivo. **ECONOMIA / PÁG. B3**

● **A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)**

TOTAL DE MORTES	127.001
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	315
MÉDIA MÓVEL DE MORTES 7 DIAS	784
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.147.598
NOVOS CASOS DE TESTES POSITIVOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	9.992
TOTAL DE RECUPERADOS*	3.355.584

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.396

TERÇA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Pedro Ladeira/Folhapress



Fernando Souza/Agf/Folhapress



7 DE SETEMBRO TEM ROLLS ROYCE EM BRASÍLIA E GRITO DOS EXCLUÍDOS EM PELO MENOS 15 ESTADOS

Bolsonaro foi à cerimônia da Independência de manhã e, à noite, em pronunciamento sob panelaço, disse defender a democracia, mas louvou o golpe de 64; no Rio, houve protesto Poder A6

Estado alterado



Lalo de Almeida/Folhapress

SEM OFICIALIZAR, BOLÍVIA PERMITE PLANTIO DE COCA PARA DROGAS

Mulher carrega filho em meio a plantação de coca na zona rural de Chimoré, na Bolívia; discurso oficial desde Evo Morales é "coca sim, cocaína não", com ênfase no uso tradicional, porém a maior parte das folhas vai para o narcotráfico Mundo A12

Atividade de nenhum país voltou a nível pré-pandemia

Indicadores apontam para uma 'economia 90%', em marcha lenta no contexto de medo gerado pelo vírus

Um indicador criado por um centro de pesquisa chinês mostra que, entre 131 países acompanhados diariamente, nenhum retomou o patamar de atividade econômica anterior à eclosão da Covid-19.

Outros institutos detectam o mesmo fenômeno. Todos apontam as economias num nível em torno de 80% ou 90% do pré-crise.

O medo do contágio faz com que muitas pessoas mantenham certo distanciamento social. Até na Ásia, atingida primeiro e bem-sucedida na contenção do vírus, os níveis de mobilidade permanecem baixos.

Especialistas dizem que, até surgir uma vacina, dificilmente isso mudará.

Novos hábitos também impactam a retomada. O crescimento do consumo online e a disseminação do trabalho remoto favorecem operações mais enxutas em diversos setores.

Levantamento do The Conference Board indica que 4 em cada 10 líderes de multinacionais pretendem fechar vagas nos próximos 12 meses. Quase 40% dos cerca de cem presidentes de empresas entrevistados disseram que devem cortar em mais de 10% os investimentos antes planejados.

A dívida dos trabalhadores em relação ao futuro de sua renda os leva a moderar gastos. Isso, por sua vez, faz as empresas frearem os investimentos. Mercado A18

Ilustrada B10
Apagão de desfile leva televisão a investir em moda com documentário

Renata Mendonça

A igualdade incomoda

Diante da decisão da CBF de igualar as diárias das seleções feminina e masculina, disseram que os homens sustentariam as mulheres. A mudança é justa. Esporte B11

Esporte B11

Ginasta de SP diz que perdeu tudo depois de ter denunciado racismo

Pandemia no Brasil

	Total	Óbitos*	Varição**	Estágio
Brasil	4,1 mil	33,8 mil	-10,3%	Estável
Óbitos	127 mil	784	-19,3%	Estável

Dados das 20h de 7.set. *Média móvel de 7 dias. **Em relação a 14 dias.

Estágios da pandemia

Acelerado	Estável	Reduzido
-----------	---------	----------



Estados com mais óbitos

	Total
1º SP	31,4 mil
2º RJ	16,6 mil
3º CE	8,6 mil

Situação nos municípios

	Acelerado	Estável
Goiania (GO)		
J. dos Guararapes (PE)		
Porto Alegre (RS)		
Campo Grande (MS)		
São Paulo (SP)		
Rio de Janeiro (RJ)		
Brasília (DF)		
Salvador (BA)		

EDITORIAIS A2

O beijo da morte
Sobre mudanças e influência política na Lava Jato.
Sombras no 5G
A respeito da implantação da tecnologia no Brasil.

Brasil não atinge meta para vacinas infantis

Pela primeira vez desde o ano 2000, o Brasil não bate a meta em nenhuma das principais vacinas para crianças de até um ano. A redução, em alguns casos, chega a 27%. Cotidiano B1

Medicamento para Covid sobe até 93%

A pandemia de Covid-19 levou a um aumento de até 93% nos preços dos medicamentos adquiridos pelos hospitais de março a julho deste ano, segundo dados da Fipec. Cotidiano B2

Para especialista, falta critério para afastar governador

A retirada de Wilson Witzel (PSC) do comando do Rio e as investigações que atingem outros seis governadores reativaram o debate sobre os critérios para o afastamento de gestores estaduais pela via judicial. Para especialistas, decisões recentes do Supremo Tribunal desequilibraram o sistema. Poder A8

Equipe econômica é contra perdoar dívida de igrejas

A equipe econômica recomenda veto de Bolsonaro em projeto que isenta igrejas de pagarem tributos e multas. Elas têm mais de R\$ 1 bilhão em dívidas registradas. Autor da proposta, o deputado David Soares (DEM-SP) é filho do pastor R. R. Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus. Mercado A20

Estabilidade de servidor resistiu a reforma de FHC

Alvo da reforma administrativa do governo Bolsonaro, a estabilidade do servidor público está na Constituição desde 1934. O dispositivo pouco mudou desde então. A tentativa mais recente, capitaneada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998, não gerou efeito prático. Mercado A20

ATMOSFERA



AUDIÊNCIA/MÊS	
PÁGINAS VISTAS	189.213.054
VISITANTES ÚNICOS	35.510.663



Product: O Globo PubDate: 08-09-2020 Zone: Nacional Edition: 1 Page: PAGINA_A User: Lcar Time: 09-07-2020 22:33 Color: R

**Análise na palma da mão**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e baixe o app do GLOBO. Tenha acesso a todos os colunistas, em tempo real, em um só lugar.

**Engajamento:** Diego, do Fla, e Bruna lutam na prevenção ao suicídio **PÁGINA 20****O GLOBO**

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2020 ANO XLV - Nº 31.809 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00

**Sete de Setembro sem desfile, mas com aglomeração**Presidente Jair Bolsonaro, sem máscara, participa de cerimônia de hasteamento da bandeira no Dia da Independência. Em Brasília, o Sete de Setembro não teve o tradicional desfile, cancelado por causa da pandemia, mas Bolsonaro provocou aglomerações ao cumprimentar apoiadores no Palácio da Alvorada. **PÁGINA 6****PANDEMIA****Ibope: para 83% dos brasileiros, todos têm o dever de usar máscara**

Adesão é maior no Sul e no Sudeste e entre os cidadãos com mais escolaridade

A esmagadora maioria dos brasileiros ouvidos em pesquisa Ibope encomendada pelo GLOBO concorda que as pessoas têm o dever de respeitar os protocolos de segurança, inclusive o uso de máscara facial, para conter a transmissão da Covid-19. A adesão às medidas protetivas é maior nas regiões Sul e Sudeste e entre quem tem mais escolaridade. **PÁGINA 7**

CONTAGIADOS	MORTOS
4.147.598	127.001

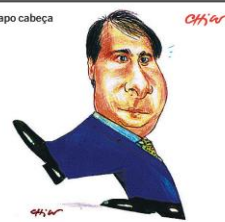
Fonte: CONSIDÓRIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA

Vacina chinesa se mostra segura para os idososO laboratório chinês Sinovac informou que sua vacina contra a Covid-19 demonstrou, nos testes das fases 1 e 2, ser segura para idosos, embora a resposta imunológica tenha sido mais fraca que a constatada em jovens. A vacina está sendo testada no Brasil em parceria com o Instituto Butantan. **PÁGINA 8****EDITORIAL**
É PRECISO EVITAR O DESMONTES DA LAVA-JATO **PÁGINA 2****MERVAL PEREIRA**
Acusação a Moro nos leva ao passado **PÁGINA 2****JOSÉ CASADO**
Judiciário e MP em disputa por foro **PÁGINA 3****CARLOS ANDREAZZA**
A PEC do governo que lava as mãos **PÁGINA 3****Com Crivella, Republicanos quer Bolsonaro**Partido, que recebeu Flávio e Carlos, busca associar ao presidente Bolsonaro no Rio e em São Paulo. Ao lançar sua candidatura à reeleição, prefeito do Rio saudou aliança com a família presidencial. Em São Paulo, o pré-candidato Celso Russomanno mantém conversas frequentes com Jair Bolsonaro. **PÁGINA 4****Negociação de empresas volta a crescer no país**Fusões e aquisições de empresas suspensas pela pandemia são retomadas. A consultoria Alvarez & Marsal projeta R\$ 31,3 bilhões em negócios neste segundo semestre, alta de 66% em relação ao primeiro. Juros baixos, real desvalorizado e empresas em dificuldades criam oportunidades para investidores. **PÁGINA 13**Na serra, Fernanda Torres e Fernanda Montenegro são dirigidas por Andrucha Waddington no episódio que estreia hoje **SEGUNDO CADERNO****Dores e delícias da quarentena em família**

Série de Jorge Furtado que tem a pandemia como pano de fundo, "Amor e sorte" foi gravada e protagonizada por casais ou famílias de artistas.

Feriado de filas longas e muita aglomeração em atrações do RioO primeiro feriado com quarentena flexibilizada no Rio foi de cartões-postais lotados. Turistas chegaram a ficar uma hora e meia na fila para o Bondinho do Pão de Açúcar. **PÁGINA 9****Em SP, só 20% das cidades vão retomar aulas presenciais**Apesar da autorização do governo e de restrições de carga horária e da quantidade de alunos, poucos municípios planejam reabrir escolas estaduais hoje. **PÁGINA 8**

Papo cabeça



— Devido ao meu sucesso, vou pra sucessão!

Índia supera Brasil e já é 2ª em Covid

A Índia chegou a 4,2 milhões de casos de Covid-19 ontem, ultrapassando o Brasil e ficando atrás apenas dos EUA. Em Madri, após dois

meses de flexibilização, a população da capital espanhola voltou a conviver com restrições após aumento de contágios. **PÁGINA 17**

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.926 • 24 PÁGINAS • R\$ 2,50

Mãe e filha isoladas e cheias de vida



Gustavo Chaves/Agência

Fernanda Montenegro (D) contracenou com a filha, Fernanda Torres, em Amor e sorte, série que estreia hoje. Na trama, encontros e desencontros durante a quarentena provocada pelo novo coronavírus. DIVERSÃO & ARTE



Lição do professor Arrigo Sacchi

Treinador italiano, que comandou o revolucionário Milan, diz que Neymar precisa ser menos individualista na Seleção. PÁGINA 12

STF vê judicialização da reforma administrativa

Servidores e partidos de oposição preparam uma série de ações para questionar o Supremo Tribunal Federal sobre a Proposta de Emenda à Constituição entregue ao Congresso, que mexe com a estabilidade do funcionalismo público.

PÁGINA 2



Dia de festa e de protesto



Sem máscara e cercado de crianças, Jair Bolsonaro desfila diante de um pequeno grupo de simpatizantes no Dia da Independência. Do outro lado da Esplanada, manifestantes protestavam contra o governo. À noite, o presidente disse, na tevê, defender a democracia, mas celebrou o golpe militar de 1964. PÁGINA 4

Vacina chinesa é mais eficiente entre jovens

CoronaVac, testada por voluntários da UnB, tem proteção mais fraca em pessoas acima de 60 anos.

PÁGINA 11

Diabetes como sequelas

Paciente alemão desenvolveu a doença depois de ser contaminado pelo novo coronavírus.

PÁGINA 11

CB.Poder

Diretor-geral do Detran, Zélio Maia da Rocha é o entrevistado de hoje do CB.Poder. O programa começa às 13h20.

Mônica Siqueira/CB/D.A. Press



Feriadão, apesar da pandemia

Brasileiros aproveitam a orla do Lago, parques e cidades turísticas para fugir do calor e da baixa umidade. Porém, muitos não cumpriram um distanciamento seguro. PÁGINAS 16 E 17

Ed Naves/CB/D.A. Press



1.500 recuperados no Mané Garrincha

Hospital de campanha comemora novas altas. No DF, o número de mortes pela covid-19 chegou a 2.720. PÁGINA 15

Crise levará 13 milhões para as classes D e E

Apesar do auxílio emergencial pago pelo governo — o valor será de R\$ 300 até o fim do ano —, a classe média encolherá e milhões de brasileiros serão jogados para a base da pirâmide social. A desigualdade demorará anos para ser revertida. PÁGINAS 6 E 7

Estupro, uma violência que destrói famílias

PÁGINA 13

Concursos

Candidatos intensificam estudos de olho em vagas como as oferecidas pela Polícia Civil.

PÁGINA 14



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .